



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016

p. 171-184.

Escutando transidentidades na psicanálise: potencialidades subversivas

Gelberton Vieira Rodrigues¹

RESUMO: Mesmo tendo a psicanálise consolidado e reiterado o uso de diagnósticos patologizantes na compreensão das transexualidades, é na esteira dos psicanalistas Patricia Porchat, Thamy Ayouch e Márcia Arán que se questiona neste artigo se a psicanálise, para manter-se crítica, deve respaldar as demandas e lógicas dos dispositivos e instituições que patologizam a experiência transexual ou se deve subvertê-las. Com o objetivo de explorar o dispositivo analítico em favor das transidentidades, apresenta-se neste artigo uma sumária historicização e crítica da categoria “diferença sexual” em psicanálise, posteriormente discutindo limites e contribuições possíveis da metapsicologia na escuta clínica de pessoas trans a partir de um relato de caso. Nas considerações finais, defende-se que a psicanálise, quando aponta seu dispositivo questionador a si mesma e torna-se menos isolada de contribuições das teorias de gênero, da filosofia, da antropologia, da sociologia e da história, pode manter-se como uma prática possível e potente para a subversão de patologizações alienantes e reconhecimento legítimo da diferença.

PALAVRAS-CHAVES: Psicanálise; Gênero; Transidentidades; Teoria *queer*; Política.

Abstract: Although psychoanalysis had consolidated and repeated the use of pathological diagnostics to understand transsexualities, it is in the wake of psychoanalysts Patricia Porchat, Thamy Ayouch and Marcia Arán that it is questioned in this article if psychoanalysis, to remain critical, should endorse these demands, logical apparatus and institutions that read the transsexual experience as a pathology or if it should subvert them. With the objective to explore the analytical apparatus in favor of transgender identities, it is presented in this article a brief historical and critical read of the category “sexual difference” in psychoanalysis. Later we discuss possible limits and contributions of metapsychology in clinical listening of trans people through a clinical case report. At final considerations, it is argued that when psychoanalysis points its own questioning apparatus to itself and becomes less isolated from contributions of gender theories, philosophy, anthropology, sociology and history, it is able to remain a possible and powerful practice for subversion of alienating pathologization and to authentically recognition of difference.

Keywords: Psychoanalysis; Gender; Trans Identities; Queer theory; Politics.

Resumén: Aunque el psicoanálisis tenga consolidado y reiterado el uso de diagnósticos patologizantes en la comprensión de las transexualidades, es en la ruta de los psicoanalistas Patricia Porchat, Thamy Ayouch y Márcia Arán que se cuestiona en este artículo si el psicoanálisis, para mantenerse crítico, debe endosar las demandas y lógicas de los métodos e instituciones que patologizan la experiencia transexual o si las debe subvertir. Con el objetivo de explorar el método analítico en favor de las transidentidades, se presenta en este artículo una breve historización y crítica de la categoría “diferencia sexual” en psicoanálisis, más tarde discutiendo las contribuciones posibles y los límites de la metapsicología en la escucha clínica de personas trans a través de presentaciones de casos. En la conclusión, se defiende que el psicoanálisis, al apuntar su método a si mismo y al acercarse de contribuciones de las teorías de género, de la filosofía, de la antropología, de la sociología y de la historia, puede mantenerse como una práctica posible y potente para la subversión de patologizaciones alienantes y reconocimientos legítimos de las diferencias.

Palabras clave: Psicoanálisis; Género; Identidades trans; Teoría *queer*; Política.

¹ Psicólogo e mestrando no programa de pós-graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Araraquara. E-mail: gelbertonrodrigues@gmail.com

Recebido em 14/03/16

Aceito em 20/05/16

Uma psicanálise da pós-transsexualidade precisa se desfazer da própria noção de *transsexualidade*, inventada pela psiquiatria, e lastrada pela primazia, supostamente a-histórica, de uma diferença binária dos sexos (AYOUCH, 2015a, p. 26).

I - Introdução

A classificação das plurais experiências transidentitárias em uma entidade nosográfica da psiquiatria surge a partir de discursos sobre a sexualidade que se intensificam no século XIX. Ao tomar essas experiências como seu “objeto de estudo” e produzir discursos de saber sobre elas, o poder médico/científico produz uma “condição patológica” que na segunda metade do século XX passa a ser conhecida como “transexualismo”. Ainda hoje, pessoas à margem de uma conformidade normativa entre sexo e gênero necessitam do estigma da patologização para serem reconhecidas como “transsexuais verdadeiros” e ascenderem ao reconhecimento social, médico e jurídico.

O paradoxo central nesta trama é que, ainda que os “científicos critérios diagnósticos” se validem a partir de convenções históricas e normativas de gênero, supõe-se que o conflito principal desta experiência localize-se no sujeito transexual e não nessas convenções normativas (BENTO, 2008). Argumentamos que apenas baseada em um radical dimorfismo sexual e em uma normativa conexão entre sexo/gênero é que a psiquiatria pode compreender o que definiu “transexualismo” como um “transtorno de identidade”², enfatizando com isso a necessidade da despatologização. Se a legitimidade do desejo de mudança corporal das pessoas trans só existe hoje na chave da patologização, defendemos que essa legitimidade possa estar atrelada à criatividade e a necessidade de uma experiência existencial mais consonante com seu desejo (PORCHAT, 2014b).

Ainda que o avanço tecnológico da biomedicina no século passado também tenha proporcionado uma evolução no que tange ao reconhecimento desse desejo com o progresso da terapia hormonal e com o surgimento e aprimoramento técnico da cirurgia de transgenitalização, quando o discurso médico torna esses procedimentos acessíveis – e nesse caso compulsórios – apenas aquelas e aqueles que passaram por critérios universais e restritos de um “transtorno de identidade” observa-se um fenômeno de muito poder para pouco saber (BENTO, 2008). Estando posto que a “condição transexual” não significa nenhuma “incapacidade mental” e que a maioria

² A Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui em sua 10ª versão (CID-10), no capítulo sobre “Transtornos Mentais e do Comportamento”, os chamados “Transtornos de Identidade Sexual”: o “transexualismo”, a travestilidade de duplo papel e os transtornos de identidade sexual na infância, além dos genéricos, outros transtornos de identidade sexual e transtorno de identidade sexual não especificados.



das pessoas transgêneras, assim como a maioria pessoas cisgêneras³, tem total condição de exercer a autonomia de suas decisões e sobre o seu corpo (cf. ÁRAN, 2006), há, nas palavras de Thamy Ayouch (2015a, p. 31), um “verdadeiro *esforço para tornar o outro louco* produzido pelos dispositivos clínicos e teóricos dos protocolos oficiais” de reconhecimento da transexualidade (grifos do autor).

No Brasil, pela via da patologização, uma equipe de psiquiatras, psicólogos e endocrinologistas é responsável pelo “diagnóstico” da condição transexual, bem como pelo “tratamento/ajustamento” daquelas e daqueles que buscam reconhecimento jurídico e social de sua identidade. Havendo em nosso país a obrigatoriedade de dois anos de psicoterapia, entre outros procedimentos protocolares médicos e jurídicos de “reconhecimento”, por vezes pessoas trans encontram nessa necessidade um ambiente clínico violento, que negligencia os transtornos provocados por suas próprias discriminações (AYOUCHE, 2015).

Mesmo tendo a psicanálise também reforçado e consolidado o uso de diagnósticos patologizantes na compreensão das transexualidades, é na esteira dos psicanalistas Patricia Porchat (2013; 2014a; 2014b), Thamy Ayouch (2014; 2015a; 2015b) e Márcia Arán (2006) que questiono neste artigo se a psicanálise deve respaldar as demandas e lógicas dos dispositivos e instituições que patologizam a experiência transexual ou se deve subvertê-las. Neste ponto de encontro entre a patologização das experiências trans e a ética da psicanálise, algumas perguntas podem ser pertinentes para nortear nossa investigação teórica: deve a psicanálise escutar as transidentidades a partir de alguma categoria ontológica generalizável? Quais as consequências de uma clínica e de uma teoria psicanalítica sobre as transidentidades que parta da transcendentalização a-histórica da “diferença sexual”? Há como posicionar-se frente a essas questões sem que isso implique outras de ordem política e ideológica?

No intuito de contornar essas provocações iniciais com o objetivo de explorar o dispositivo analítico em favor das transidentidades, apresenta-se neste artigo uma sumária historicização e crítica da categoria “diferença sexual” em psicanálise, posteriormente discutindo limites e contribuições possíveis da psicanálise na escuta clínica de pessoas trans a partir de um relato de caso. Nas considerações finais, defende-se que a psicanálise, quando aponta seu dispositivo questionador a si mesma e torna-se menos isolada de contribuições das teorias de gênero, da

³ Cisgêneros são aquelas e aqueles que se identificam com o gênero social compulsoriamente designado no quando de seu nascimento.



filosofia, da antropologia, da sociologia e da história, pode manter-se como uma prática possível e potente para a subversão de patologizações alienantes e o reconhecimento legítimo da diferença.

II - A “diferença sexual” e a psicanálise

Ainda que Freud tenha dado ênfase em sua teoria à distinção anatômica entre os órgãos genitais “femininos” e “masculinos” como produtores de consequências psíquicas diferenciadas, postulando que a “anatomia seria o destino”, é ele próprio quem também afirma que essas suas proposições careciam de urgente necessidade de confirmação clínica mais numerosa. Freud convoca inclusive as novas gerações de psicanalistas para que investiguem e coloquem essas suas teorizações sobre a “diferença sexual” à prova de suas próprias experiências clínicas (FREUD, 1996/1925).

Podendo afirmar que, desde sua inauguração, “a abordagem e a escuta analítica almejam abrir um espaço para a desconstrução das certezas teóricas, clínicas e naturais” (AYOUCHE, 2014, p. 59), torna-se necessário explorar a produção e naturalização da noção de “diferença sexual” nas tramas históricas e políticas da metapsicologia para que essa não torne-se anti-psicanalítica. Essa historização é importante sobretudo quando psicanalistas se dispõem a escutar experiências transidentitárias no contexto clínico, mas não somente.

Em seu livro *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, Thomas Laqueur (2001) nos mostra como, desde a antiguidade clássica até o século XVIII, prevaleceu um “modelo de sexo único” segundo o qual a diferença entre organismos “masculinos” e “femininos” era uma diferença entre graus de calor e não da “natureza”. No século XVI havia, como houve na antiguidade, apenas uma compreensão sobre o corpo. O corpo até então era sempre macho, sendo o corpo feminino lido como um corpo masculino ao revés, como um corpo incompleto, não como um corpo distinto. Ainda de acordo com Laqueur (2001), somente após o século XVIII e XIX é que o dimorfismo sexual passa a ser considerado originário e determinado pela “natureza”, tornando-se o modelo binário dos sexos uma nova base unívoca de expressão das identidades que deveriam ser femininas “ou” masculinas.

Se em muitos aspectos a psicanálise surgente no fim do século XIX é influenciada por essa filiação epistêmica da “diferença sexual” produzida por discursos psiquiátricos de seu tempo, cristalizando noções datadas de “masculinidade” e “feminilidades” e atrelando a elas caminhos estanques de desenvolvimento psíquico, por outro lado, Sigmund Freud também subverte esse



binarismo. Em uma nota de rodapé acrescentada em 1915 aos seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1996/1905) afirma que no ser humano “a masculinidade ou a feminilidade puras não são encontradas nem no sentido psicológico nem no biológico” (p. 208), enfatizando mais tarde, em sua bibliografia, a impossibilidade de elucidar a “essência destas noções” (1996/1923), e que devido a disposição bissexual inequívoca do humano “a masculinidade e a feminilidade puras aparecem como construções teóricas de conteúdo incerto” (1996/1925, p. 290).

Certamente, se alguns conceitos psicanalíticos se limitam ao contexto histórico-político em que foram articulados, há de se reconhecer que entre teorizações que circunscreveram a vida burguesa de Viena novecentista com pretensões generalizantes, Freud também subverteu compreensões de seu tempo, enfatizando como pudemos constatar, em diferentes momentos de sua obra, que “se a anatomia, é verdade, possa indicar as características de masculinidade e feminilidade, a psicologia não pode” (FREUD, 1996/1930, p. 111).

A despeito dessas cuidadosas reticências teóricas de Freud sobre essa distinção, certa psicanálise pós-freudiana irá justamente radicalizar o dimorfismo sexual e tomá-lo como base de suas teorizações sobre o “transexualismo”, como fizeram por exemplo John Money e Robert Stoller (PERSON e OVESEY, 1999). Definindo a “diferença sexual” como categoria ontológica transcendental, os psicanalistas representantes dessas teorias se esquecem que “corpo” em psicanálise não se reduz a um real orgânico, sendo este sempre acessível apenas a partir da fantasia e da linguagem. Essa corrente, que acredita-se psicanalítica, parece fechar os olhos – e na clínica os ouvidos – para todo um aparato teórico acumulado pela antropologia e pela sociologia que mostra a instabilidade e variação desta divisão binária entre “os sexos”.

A antropologia e a sociologia nos mostram que aquilo que chamamos de masculino e feminino, longe de serem realidades objetivas e muito menos fenômenos naturais calcados em elementos anátomo-biológicos são, antes, noções dependentes das formas culturais dentro das quais tais noções emergem (CECCARELLI, 1999, p. 158).

Uma dessas formas culturais de produção de inteligibilidade cultural (e por consequência, do preconceito) é a própria teorização psicanalítica, que sendo um dispositivo de linguagem, também produz aquilo que teoriza e circunscreve como masculino e feminino. Ou seja, performaticamente⁴, a psicanálise também cria realidades inteligíveis de gênero e, ao criá-las,

⁴ Judith Butler (cf. 2004) define performatividade como o veículo pelo qual efeitos ontológicos são estabelecidos.



produz também aquelas e aqueles que estarão à margem de suas teorizações, sujeitos abjetos⁵ (PORCHAT, 2014a). A violência de certas interpretações ditas psicanalíticas é explícita e, para que a psicanálise reencontre sua potência questionadora e transformadora, torna-se necessário o reconhecimento de que todo processo de sexuação sempre se inscreve em normatizações e jogos de poder particulares (AYOUCH, 2014).

De acordo com Patricia Porchat (2014a), embasada em sua desconstrução de gêneros e de patologias com Judith Butler, uma psicanálise que se proponha a escutar os gêneros minoritários deve resignificar as categorias metapsicológicas de “mulher”, “homem”, “complexo de Édipo”, “diferença sexual” e “simbólico”⁶. Conceitos que são eminentemente produzidos a partir de circunstâncias de parentesco e de linguagem históricas, mas que, ao serem elevados a uma categoria transcendental e imune a transformações, permitem que certa psicanálise categorize sem pestanejar sujeitos fora da norma sexo/gênero como psicóticos ou perversos dentro de sua nosografia.

Se a divisão binária de gêneros era um fundamento necessário ao laço social outrora, isso não mais se sustenta na atualidade (PORCHAT, 2014b). Há uma grande diferença entre tratar os ideais e teorias como construções culturais – portanto sujeitos a desconstruções e reconstruções – e tratá-los como verdades absolutas, universais e transcendentais. Além da proximidade com o discurso religioso, uma psicanálise que se fecha às evoluções históricas e clínicas nos parece reduzir-se a um processo narcísico e autoerótico do teorizador (AYOUCH, 2015).

A questão é que a ética da psicanálise aponta que qualquer subjetividade é hipersingular e deve ser escutada sempre com o interesse de quem escuta algo novo. É a experiência clínica que deve fomentar as discussões e teses metapsicológicas, e não estas quem devem moldar de maneira violenta um sujeito para que caiba em seus paradigmas. Dessa forma, assim como o deslocamento realizado por Ayouch (2015b) e por Porchat (2014a) quando propõem a troca da categoria “homossexualidade”, idêntica a si mesma, por outra mais plural: “homossexualidades”, acredita-se que a categoria “transexualidades” – que podem ser tão variadas quanto a das cissexualidades – seria mais adequada para a aproximação entre a psicanálise e as transidentidades sem circunscrever estas últimas a uma expressão “transexual” única, cristalizada e alienante.

⁵ Abjetos são aquelas e aqueles que não mantêm coerência entre sexo anatômico, identidade de gênero, desejo e prática sexual. Para esses sujeitos não existe inteligibilidade e nem reconhecimento social (cf. PORCHAT, 2014a).

⁶ Não pretendemos capturar esses conceitos em sua profundidade teórica, o que não seria possível neste artigo. Mas enfatizamos que a extensa crítica realizada por Patricia Porchat (2014a) a esses conceitos é realizada justamente por eles “se alçarem à condição de categorias transcendentais, pretensamente imunes à transformações da sociedade e advogando para si o direito de impor regras de inteligibilidade cultural” (p. 157).



Romper com noções binárias de sexuação e historicizar suas próprias ferramentas de análise é então premissa básica para uma psicanálise que se propõe crítica. Trata-se de uma desconstrução fundamentalmente psicanalítica da própria psicanálise, que, ao invés de respaldar uma patologização paralisante das experiências transidentitárias, pode fomentar críticas à normalização e às formas como o poder social e o preconceito se inscrevem, muitas vezes violentamente, na psique e nos corpos. Sobre o polimorfo processo de produção do “eu”, Thamy Ayouch (2014) afirma que:

O sujeito se forma e se transforma sendo identificado pelo outro: apropriando-se, em momentos da sua evolução, de elementos, atributos, rasgos distintivos dos seres do seu entorno e prescritos por eles. Em termos metapsicológicos, quando se coloca a ênfase sobre a multiplicidade psíquica e as camadas de conflitos, sobre a pulsão e a dinâmica psíquica, não faz nenhum sentido falar em termos de categorias unificadas e enrijecidas de masculinidade e feminilidade e de diferença binária entre os sexos (AYOUCHE, 2014, p. 69).

Em relação à crítica aos binarismos no esteio da psicanálise, a relevância da aproximação de Judith Butler é inegável. Para ela, é com fundamento na diferença sexual que discursos tentam nos fazer acreditar que deve haver uma concordância entre gênero, sexualidade e corpo. Na perspectiva butleriana, o sexo é “uma das normas pelas quais alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2010, p. 155), e, sendo assim, ao invés das diferenças entre os gêneros serem um efeito das diferenças entre os sexos, o sexo é efeito do gênero, que, por sua vez, é efeito de múltiplos discursos e se constrói performativamente na reprodução de atos que dão um falso caráter de continuidade ao sistema sexo-gênero. A implicação de sua influência é contundente: todo gênero é, por definição, não natural, assim como o sexo (BUTLER, 2010). Articulando a teoria de Butler com a teoria psicanalítica, Patricia Porchat (2014a) afirma que não há uma essência ou substância por trás do gênero assim como não há uma essência ou substância por trás da identidade, sendo o uso da linguagem o que cria a ideia de uma substância na qual haveria apenas performatividade.

A preocupação principal de Butler em suas considerações parece ser com aquelas e aqueles que habitam o exterior constitutivo das margens da inteligibilidade cultural de gênero e, por conseguinte, de humanidade. Refletindo sobre os limites discursivos do sexo, Butler (2015) defende que o “sexo” é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior de uma



inteligibilidade cultural heteronormativa⁷, apontando que a necessidade de reiteração compulsória de uma suposta conexão natural entre sexo, gênero, desejo e prática sexual é justamente um sinal de que os corpos nunca se conformam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta (cf. BUTLER, 2015, p 154-156). Para a psicanálise, teoria a qual Butler endereça críticas ao mesmo tempo que incorpora alguns de seus conceitos, as consequências dessa elaboração sobre os limites do campo de inteligibilidade dos corpos e sobre os “gêneros não-inteligíveis” recaem de maneira inquestionável sobre sua pretensiosa “transcendentalidade” da “diferença sexual”, com imenso peso político e potencialidade de transformação da teoria e daqueles e daquelas que por ela são tocados.

Se “não se pode pensar ou fazer psicanálise acreditando que se está isento de um posicionamento político” (PORCHAT, 2014a, p. 161) e se quando se trata de humanidade a regra é a variação, há de se reconhecer no campo da metapsicologia a dimensão provisória e histórica de toda teorização. Nesta investigação e questionamento da produção de uma “naturalidade” da diferença sexual, uma reflexão feita por Ayouch (2014) se ecoa: “terá realmente o campo biológico a última palavra na diferença dos sexos, ou interviria este campo metafísico-biológico apenas como o índice do enigma irreduzível da sexualidade?” (p.61).

Influenciada cada vez mais por diálogos imprescindíveis com as teorias de gênero e com os estudos *queer*, a psicanálise permite-se então a uma plasticidade na construção psíquica das diferenças, que são inúmeras, visto que a alteridade não termina entre dois seres ou entre dois órgãos genitais. Assim posto, o dispositivo psicanalítico mantém-se como uma referência para aquelas e aqueles que desejam compreender as relações entre corpo e psique, entre indivíduo e sociedade, entre intenção e ação, e entre subordinação e dominação (cf. PORCHAT, 2013, p. 81).

Defende-se que, para manter-se psicanalítica, a psicanálise não deve furtar-se da análise e do questionamento daquilo que as normas produzem. Ao questionar a transcendentalidade da diferença sexual, posicionando-se politicamente, a psicanálise pode denunciar o maltrato institucional, teórico e clínico que sofrem as pessoas trans em muitas circunstâncias sociais (ÁRAN, 2006; AYOUC, 2015a; PORCHAT, 2014a).

⁷ Judith Butler (2010) nos apresenta a matriz heteronormativa de ordem compulsória, que pressupõe uma relação direta e causal entre sexo biológico, gênero, desejo e prática sexual. Essa matriz desvela expectativas de uma cultura heteronormativa que são tidas como fundamentais e naturais. Heteronormatividade diz respeito a um conjunto de prescrições e instituições que regulam e controlam os corpos a partir dessa matriz heteronormativa.



III - Escutando transidentidades

O que deve saber um psicanalista sobre a “transexualidade” quando escuta um sujeito que traz uma questão transidentitária? Ou antes mesmo, o que deve saber um psicanalista quando escuta um sujeito? Um saber que não se sabe. Se cada escuta é hipersingular é porque a ética da psicanálise coloca o saber ao lado do analisando, que transmite em transferência suas representações inconscientes por meio da técnica de associação livre. O tratamento analítico não deve ser confundido com o doutrinamento (MARQUES, 2013). Em relação às pessoas trans, a proposta é justamente que possam ser sujeitos e produtores de um saber sobre si mesmos, e não objetos de um discurso científico normatizante.

Thamy Ayouch, em seu artigo *Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais*, concorda com essa posição quando afirma que

É preciso então um reposicionamento metodológico, que vise colocar as pessoas trans em posição de *expertise* em suas vivências, e fazê-las participar diretamente da reconfiguração da teoria pela qual são pensadas. Para isso, é imprescindível, antes de mais nada, desconstruir com pacientes trans os efeitos iatrogênicos (isto é, produzidos pelo próprio dispositivo médico), deletérios e tóxicos de acompanhamentos psiquiátricos oficiais da *transexualidade*. Cabe abordar os sintomas da suposta *psicopatologia dos sujeitos transexuais*, descritos como síndromes de perseguição, desconfiança, agressividade, agitação, depressão, quanto sintomas induzidos pelas próprias teorias e práticas inadequadas. Trata-se também de levar em conta, além da hipocrisia profissional, a violenta contratransferência provocada em vários médicos, psiquiatras, psicanalistas, pelas questões trans (AYOUCHE, 2015a, p. 31)

Esse posicionamento epistemológico e político é urgente, visto que “a leitura da abundante literatura psicanalítica sobre transexualismo revela uma indignação deplorável na criatividade teórica e uma preocupante surdez clínica” (AYOUCHE, 2015a, p. 25). Despatologizar as questões transidentitárias e repensar os protocolos oficiais de “diagnóstico” torna-se então premissa básica para uma escuta clínica das “transexualidades” que se proponha crítica. Afinal, o trabalho do analista é destinado a acompanhar o analisando ou a manter a ordem social? (cf. AYOUCHE, 2015a, PORCHAT, 2014a).

Longe da necessidade de traduzir de imediato manifestações transidentitárias em uma estrutura ou em um modo de funcionamento específico, a psicanálise pode oferecer instrumentos para a análise ou psicoterapia de pessoas com “questões trans”, quando estas forem desejadas. A revelia das exigências institucionais de confirmações diagnósticas e/ou



indicações para cirurgias, e assim como em qualquer tratamento que se apresente como psicanalítico, há em cada expressão “transexual” uma trajetória singular de subjetivação passível de ser elaborada em tratamento (ÁRAN, 2006).

Buscando dar ênfase na singularidade de cada expressão de gênero, relato o caso de Eric (nome fictício), que certa vez buscou um tratamento psicológico comigo porque pensava estar em depressão devido à sua “questão com os gêneros”. Logo nas primeiras sessões o jovem demonstrou intenso sofrimento por “não saber mais quem era”, pois seu prazer em “montar-se” o angustiava demasiadamente por vir acompanhado de vergonha e de diversas dúvidas a respeito de sua sexualidade e de seu gênero. Até então, ele “se montava para se divertir e ter relações sexuais” sem demais problemas, mas, tendo ouvido de uma profissional médica, que o atendera uma única vez, que seu caso deveria ser encaminhado para o centro de referência para pessoas trans, buscou a terapia para concluir se era ou não um “transexual de verdade”.

Esse paciente não acreditava ser possível que fosse transexual pois, ainda que fizesse o uso de hormônios de maneira esporádica, não tinha o desejo de realizar a cirurgia de transgenitalização. Sua relação com suas roupas e acessórios “femininos” era ambivalente, por vezes “colocou tudo em um saco de lixo e quis jogar fora”. Havia uma demanda impossível de ser atendida de que o terapeuta lhe decifrasse a questão sobre ser ou não transexual e lhe dissesse com todas as palavras: “tu és isto e ponto”. Como poderia alguém fazer isso em nome da psicanálise? Dizer que a identidade é formada através de identificações sucessivas circunscritas por encontros individuais com o social não é dizer que temos controle desse processo. Essa fantasia de controle nos parece o mecanismo que consolida as absurdas e falaciosas propostas de “cura gay” ou “cura trans”.

A despeito da inversão ética desses “tratamentos”, que pretendem adaptar o sujeito a um diagnóstico fechado ou prescrever valores de conduta que despotencializam a vida, o tratamento psicanalítico, ao reconhecer a singularidade irreduzível do desejo e a especificidade desarmônica mais íntima da sexualidade de cada um, torna possível um processo de elaboração de desejos e de tratamento de sintomas. Sintomas que por vezes excedem a intenção dos sujeitos e as expectativas da cultura. Sintomas que por vezes fazem sofrer. A análise pode ser um procedimento desalienante quando embasada em uma ética que leva o sujeito a separar-se das demandas do discurso dominante e com isso aproximar-se do que há de singular em seu desejo e em sua história para além das repetições subjetivas e das prescrições sociais (AYOUCH, 2015a; PORCHAT, 2013).



Eric, por exemplo, pôde elaborar que seu sofrimento na verdade não decorria necessariamente do “gênero” como uma “essência interna e adoecedora” que necessitava de respostas médicas e medicamentosas. Seu sofrimento parecia estar muito mais associado aos dispositivos sociais que tornavam sua expressão de gênero ininteligível. Associando livremente, elaborou a acumulação de marcas estigmatizantes advindas sobretudo de seus familiares e de instituições religiosas e escolares. Além de suas questões com o gênero e com a sexualidade, também abordou os sentimentos de ser marcado por preconceitos sociais e étnico-raciais por ser pobre e negro. O “nojo de si mesmo” relatado pelo paciente quando afirmava querer “ter outro corpo” pôde ser analisado durante nossa parceria analítica como uma incorporação dos “nojós” provenientes de uma realidade social profundamente desigual que se apresentou em uma história individual marcada por rejeições, abandonos, tratamentos institucionais desumanos e estigmatização por certas marcas da diferença.

Pelas vias da elaboração, chega-se à transformação. Para além do binarismo “ou sou transexual ou tenho que jogar tudo que me lembra meu desejo de montar-se fora”, Eric chegou a conclusão que poderia continuar se montando se isso lhe proporcionava prazer, sem necessariamente ter que ser ou não ser “transexual”. Reconhecendo a sua “montagem” – que tinha nome e sobrenome – como uma produção possível de seu desejo, reconheceu também a legitimidade de outros desejos seus, passando de uma postura sobretudo angustiada e paralisante para outra em que reconhecia algumas possibilidades de mudança para além das normativas demandas familiares e sociais. A “loucura”, da qual se queixava no início do tratamento, no fim não era mais vista como a causa de um problema senão como solução de outros. O que se escuta nesse caso parece ir de encontro ao postulado de que o sofrimento nas transidentidades

não se trata de um sofrimento de gênero dado de antemão que necessitaria respostas médicas, mas é, ao revés, a acumulação de adversidades sociais, familiares, médicas e jurídicas que provoca uma vulnerabilidade. Diante dessa vulnerabilidade, fora de qualquer terapia compulsória, a psicanálise pode ser uma forma de acompanhar um sujeito nas suas interrogações, se for desejado e pedido pelo próprio sujeito, e não para necessariamente abordar o motivo transidentitário (AYOUCH, 2015a).

Antes de avançar para as considerações finais e não pretendendo ser contraditório com o que foi até então exposto, enfatiza-se que não há pretensão alguma em generalizar qualquer aspecto do relato de caso aqui apresentado. Pelo contrário, buscou-se com essa sumária e deliberadamente incompleta descrição mostrar como as normas sociais de sexo/gênero não são tão previsíveis, controláveis, coerentes e idênticas a si mesmo como pretende a psiquiatria.



Tampouco pretendeu-se cercear o caso em uma identidade fixa e “classificável”, sendo este justamente o limite de uma prática psicanalítica.

Se, nesse caso, outras mudanças corporais não fizeram-se necessárias por ora, lembramos que há casos em que as mudanças corporais são essenciais para propiciar condições de existência mais humanas para algumas pessoas trans (PORCHAT, 2014b). O objetivo de trazer o caso exposto a baila foi o de mostrar quão singulares são as questões clínicas trazidas por sujeitos com questões referentes ao gênero, e não o de postular que para que ascendam a uma categoria inteligível, pessoas trans precisam fazer tais cirurgias e não fazer tais outras. Discordamos de que, para que possa ser reconhecida, uma identidade de gênero trans ou cis precise corresponder aos ideais sociais de “feminilidade” ou “masculinidade”.

Não negamos a existência de mulheres transexuais e cisgêneras, homens transexuais e cisgêneros, de travestis e de pessoas intersexos. O fato é que o reconhecimento da existência histórica e da importância política destas identidades não impede que se possa pensar e teorizar para além delas. Essa é uma das conexões entre as elaborações da teoria *queer* e da psicanálise: pensar para além da identidade, num movimento que vai além das normas e do igual a si mesmo.

IV - Considerações finais

De acordo com o que foi até então exposto, para a garantia de uma perspectiva verdadeiramente crítica em psicanálise, faz-se necessária a defesa desta postura político-epistemológica que enxerga nas normas e teorizações preconceituosas e patologizantes o cerne do sofrimento das expressões dissidentes de gênero. Esta postura é justificável por ser totalmente diferente daquela que se diz psicanalítica mesmo insistindo em deter um poder discursivo de classificação do outro a partir de um saber, supremo e estático, sobre a “verdade da transexualidade”. O risco posto pela patologização de um problema social nesses casos é evidente e uma psicanálise que não dialogue com as ciências sociais, com a história, com a filosofia e com os estudos de gênero corre o risco de tornar-se anti-psicanalítica.

A ilustração clínica apresentada nos mostrou que a dissidência de um campo de inteligibilidade heteronormativo não é necessariamente a causa *per se* de um sofrimento. Sofrimento que se manifesta outrossim no encontro do desejo de mudança identitária e corporal com um campo de inteligibilidade cultural que não reconhece esse desejo fora de uma lógica patologizante que calcula sua magnitude de “humanidade”. Fechar um “diagnóstico”, ou pior ainda, “confirmá-lo”, não



devem então ser objetivos dos e das psicanalistas. A noção de inconsciente da psicanálise revela justamente o fracasso constante da ideia de uma “identidade” una, imutável e coerente.

Ainda que se argumente que a possibilidade de transformação política da psicanálise na clínica seja de fato muito circunscrita a sua atuação dentro de um *setting* específico em que essa se insira, apontar esse limite não significa que essa teoria possa ou deva furtar-se de se posicionar contra compulsoriedade do tratamento psicológico nos protocolos oficiais da transexualidade ou do apoio para que o reconhecimento e o tratamento das transidentidades se efetivem pela ótica dos direitos humanos e não da patologização. Se é no campo do Outro – campo eminentemente social – que se busca inconscientemente remendos para a costura de um eu e de um gênero, sempre estritamente únicos e inacabados, esse campo deve sempre poder ser adequado e alargado para reconhecer um número cada vez maior de sujeitos na categoria de humanos, para que suas vidas possam ser vividas em toda sua potência e criatividade.

Referências

- ÁRAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan. 2006.
- AYOUCH, Thamy. Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, v. 54, n. 1, p. 23-32, jun. 2015a.
- AYOUCH, Thamy. *Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica*. Curitiba: CRV, 2015b.
- AYOUCH, Thamy. A diferença entre os sexos na teoria psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, n. 4, p. 56-71.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3.ed. 1.reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p.151-172.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York and London: Routledge, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 3.ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (1990) 2010.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Diferenças sexuais...? Quantas existem? In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.). *Diferenças sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999. p.151-166.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: volume VII*. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1905) 1996. p.117-231.
- FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: (uma interpolação na teoria da sexualidade). In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas*



Completas de Sigmund Freud: volume XIX. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1923) 1996. p.155-163.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, volume XIX. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1925) 1996. p.274-279.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, volume XXI. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1930) 1996. p.66-148.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whatley. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARQUES, Luciana. Sexualidade e ética psicanalítica. In: QUINET, Antonio e JORGE, Marco Antonio Coutinho (orgs.). *As homossexualidades na psicanálise: na história de sua despatologização*. São Paulo: Segmento Farma, 2013. p.59-64.

PERSON, Ethel S. e OVESEY, Lionel. Teorias psicanalíticas de identidade de gênero. Tradução de Monica Seincman e Eduardo Seincman. In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.). *Diferenças Sexuais*. São Paulo: Escuta, 1999. p.121-150.

PORCHAT, Patricia. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: Juruá, 2014a.

PORCHAT, Patricia. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Revista EPOS*; Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, jan. 2014b. p.112-130.

PORCHAT, Patricia. Tópicos e desafios para uma psicanálise *queer*. In: TEIXEIRA FILHO, Fernando *et al.* (orgs.) *Queering: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea*. Cuiabá: EDUFMT, 2013. p.73-82.

